



PARTE E

ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE LISBOA

Aviso n.º 6442/2010

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12 A/2008, de 27/12, publica-se a lista do pessoal docente e não docente que passou à situação de aposentação, entre 01 de Janeiro de 2009 e 01 de Março de 2010:

Nomes	Categoria	Desligado do serviço	Aposentado
Cidália Maria Brum Pinto	Professor-adjunto	01-12-2008	01-01-2009
Maria Luísa Rasteiro Franco	Professor-coordenador	01-03-2009	01-04-2009
João Fernandes da Silva	Professor-coordenador	01-03-2009	01-04-2009
Maria do Céu Faustino Lourenço Pereira Vieira	Coordenador técnico	01-03-2009	01-04-2009
António Fernando Alves Marrucho	Professor-coordenador	01-05-2009	01-06-2009
Maria Fernanda Mendes Rebelo Teixeira Ferreira Ramos	Professor-coordenador	01-05-2009	01-06-2009
Maria Helena Lopes Ribeiro Rosa-Limpo	Professor-adjunto	01-05-2009	01-07-2009
Maria José Tavares de Pina Borges Ferreira	Professor-coordenador	01-05-2009	01-07-2009
Rosa Ferreira da Conceição Farinha Calado	Assistente operacional	01-06-2009	01-07-2009
Amélia Margarida de Reboredo Melo Barão	Professor-adjunto	01-08-2009	01-09-2009
Maria Cândida Quintos Anastácio Luz	Assistente operacional	01-08-2009	01-09-2009
Maria José Oliveira Soares	Coordenador técnico	01-09-2009	01-09-2009
Maria da Conceição Lima Anjo	Professor-adjunto	01-09-2009	01-10-2009
Maria Idalina Mendes Vilela	Assistente operacional	01-10-2009	01-11-2009
Manuel António Esteves Pereira	Professor-adjunto	01-12-2009	01-01-2010
Maria Brites Camacho Cardoso	Professor-coordenador	01-12-2009	01-01-2010
Maria Odete Nunes Francisco	Assistente operacional	01-12-2009	01-01-2010
Maria Gabriela Mouga Fernandes	Professor-adjunto	01-01-2010	01-02-2010
Maria Etelvina Braz Tojal Pinheiro	Professor-coordenador	01-02-2010	01-03-2010
Maria José Nunes Pereira	Assistente técnico	01-02-2010	01-03-2010

Data: 22 de Março de 2010. — Nome: *Helena Matos Silva*. Cargo: Vice-Presidente.

203069303

UNIVERSIDADE ABERTA

Aviso (extracto) n.º 6443/2010

Lista provisória de ordenação final dos candidatos ao Procedimento Concursal comum aberto pelo no Aviso (extracto) n.º 21050/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 226, de 20 de Novembro de 2009, rectificado através da Declaração de Rectificação n.º 2984/2009, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 238, de 10 de Dezembro de 2009.

Nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 31.º e 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e ponto 30. do Aviso de abertura, informam-se os candidatos do procedimento concursal em epígrafe que se encontra afixada no átrio de entrada do edifício sede da Universidade Aberta, sita na Rua da Escola Politécnica, n.º 141-147, 1269-001 Lisboa, e disponível na sua página electrónica, em <http://www.univ-ab.pt>, a lista provisória de ordenação final dos candidatos, para efeitos de realização da audiência de interessados, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, nomeadamente dos artigos 100.º e 101.º, devendo estes, querendo, pronunciar-se nos termos previstos no artigo 31.º da Portaria anteriormente referida.

Nos termos anteriores, ficam os candidatos notificados de que dispõem de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso para, querendo, dizer por escrito o que se lhes oferecer.

Os candidatos referidos que pretendam apresentar alegações, devem fazê-lo através do “formulário para o exercício do direito de participação dos interessados”, aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, de 8 de Maio, de Sua Exa. o Ministro do Estado e das Finanças, que é de utilização obrigatória, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 51.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e se encontra disponível em www.univ-ab.pt.

As alegações devem ser enviadas por correio registado com aviso de recepção para as instalações da Universidade Aberta, sitas na anteriormente mencionada Rua da Escola Politécnica, n.º 141-147, 1269-001 Lisboa, até ao termo do prazo indicado, findo o qual não serão as mesmas consideradas.

Data: 2010, Março, 19. — Nome: *Carlos António Alves dos Reis*, Cargo: Reitor.

203066258

Declaração de rectificação n.º 607/2010

Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 51, de 15 de Março de 2010, a p. 12108, o despacho n.º 4565/2010, rectifica-se que onde se lê «O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Março de 2010» deve ler-se «O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Março de 2010».

17 de Março de 2010. — O Reitor, *Carlos António Alves dos Reis*.
203061535

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Serviços Académicos

Despacho n.º 5658/2010

Nos termos do art. 45 do Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, foi aprovado por despacho reitoral de 1 de Outubro de 2009, o seguinte regulamento relativo ao Regulamento Creditação de Competências, Formação e Experiência Profissional, da Universidade do Algarve dos cursos superiores ministrados na Universidade do Algarve.

Regulamento de creditação de competências, formação e experiência profissional, da Universidade do Algarve

Decorridos dois anos sobre a publicação do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, a Universidade do Algarve já adaptou a grande maioria dos seus normativos às exigências do processo de Bolonha. Recentemente, no entanto, publicou-se o Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, que vem alterar o decreto-lei anteriormente mencionado, completando uma série de mudanças em curso.

No Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, o artigo 45.º regulamenta a creditação. Os seus pontos a) e b) garantem que é possível creditar a formação realizada no âmbito de outros ciclos de estudos superiores, em estabelecimentos de ensino superior nacional ou estrangeiro. Garante-se, ainda, a creditação da formação realizada nos cursos de especialização

tecnológica. No entanto, é acrescentado a este artigo uma alínea c), que afirma que é possível creditar “a experiência profissional e outra formação não abrangida pelas alíneas anteriores”, cabendo a cada instituição de Ensino Superior definir os processos que conduzem a essa certificação.

O presente regulamento procura responder aos desafios actuais que se colocam ao Ensino Superior, inserindo-se nos normativos legais que o regem e facilitando o acesso aos cidadãos que queiram prosseguir os seus estudos para a obtenção de grau académico ou diploma.

CAPÍTULO I

Disposições introdutórias

Artigo 1.º

Conceitos

Para efeitos do disposto no presente regulamento, entende-se por:

a) «Créditos» os créditos segundo o ECTS — European Credit Transfer and Accumulation System (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos).

b) «Escala de classificação portuguesa» aquela a que se refere o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

c) «CET» os cursos de especialização tecnológica, regulados pelo Decreto-Lei n.º 88/2006 de 23 de Maio.

d) «Mudança de curso» o acto pelo qual um estudante se inscreve em curso diferente daquele em que praticou a última inscrição, no mesmo ou noutro estabelecimento de ensino superior, tendo havido ou não interrupção de inscrição num curso superior.

e) «Transferência» o acto pelo qual um estudante se inscreve e matricula no mesmo curso em estabelecimento de ensino superior diferente daquele em que está ou esteve matriculado, tendo havido ou não interrupção de inscrição num curso superior.

f) «Reingresso» o acto pelo qual um estudante, após uma interrupção dos estudos num determinado curso e estabelecimento de ensino superior, se matricula no mesmo estabelecimento e se inscreve no mesmo curso ou em curso que lhe tenha sucedido.

g) «Mesmo curso» os cursos com idêntica designação e conduzindo à atribuição do mesmo grau ou os cursos com designações diferentes mas situados na mesma área científica, tendo objectivos semelhantes, ministrando uma formação científica similar e conduzindo:

i) À atribuição do mesmo grau;

ii) À atribuição de um grau diferente, quando tal resulte de um processo de modificação ou adequação entre um ciclo de estudos conducente ao grau de bacharel e um ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado, ou entre um ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado e um ciclo de estudos integrado de mestrado.

Artigo 2.º

Estudantes que podem solicitar a creditação

Os estudantes que potencialmente podem solicitar a creditação das suas competências para efeitos de atribuição de créditos, nos planos de estudos da Universidade do Algarve, podem ser agrupados da seguinte forma:

1 — Alunos que acedem ao ensino superior nos termos do Decreto-Lei n.º 64/2006 de 21 de Março (Majores de 23 anos).

2 — Alunos que gozem do estatuto de trabalhador-estudante e que pretendam obter a creditação das suas competências (profissionais ou outras).

3 — Alunos de licenciaturas anteriores que pretendam inscrever-se em cursos do 1.º ou 2.º ciclos já adequados ou criados.

4 — Alunos que tenham realizado formação noutros estabelecimentos de ensino superior, nacionais ou estrangeiros.

5 — Alunos que tenham concluído cursos de especialização tecnológica (CET).

Artigo 3.º

Taxas

1 — Os pedidos de creditação serão acompanhados do pagamento de uma taxa, não reembolsável.

2 — O montante da taxa a pagar será fixado por Despacho Reitoral.

Artigo 4.º

Constituição das comissões de creditação

1 — Em cada unidade orgânica será constituída uma comissão de creditação por cada curso, com a seguinte composição:

a) Nos planos de estudos do 1.º ciclo, o director de curso, que presidirá, proporá outros dois docentes do curso;

b) Nos planos de estudos do 2.º ciclo, o director de curso, que presidirá, proporá outros dois membros da comissão coordenadora do mestrado.

c) Nos cursos de especialização tecnológica, o director de curso, que presidirá, proporá outros dois docentes ligados à organização ou docência do curso.

2 — As comissões de creditação são nomeadas pelos conselhos científicos ou técnico-científicos das unidades orgânicas respectivas, sob proposta do director de curso.

3 — As comissões de creditação são nomeadas por um período de dois anos.

4 — As comissões de creditação serão responsáveis pela condução dos processos de creditação a que se referem os capítulos seguintes do presente regulamento.

Artigo 5.º

Reapreciações

Nos casos em que o requerente discorde da decisão da comissão de creditação, poderá pedir a reapreciação do processo, uma única vez, nos dez dias úteis que se seguem à data da recepção da comunicação da decisão.

CAPÍTULO II

Creditação de experiência profissional e formação realizadas fora do sistema do ensino superior

Artigo 6.º

Solicitação de creditação

1 — A candidatura à creditação de competências adquiridas ao longo da vida deve ser formalizada junto dos serviços académicos, através da apresentação dos seguintes documentos:

a) Requerimento fornecido pelos serviços académicos;

b) Um portefólio organizado pelo interessado e que contenha os seguintes elementos:

i) *Curriculum vitae*, elaborado de acordo com modelo europeu, a que deve ser anexa uma descrição exaustiva de cada uma das funções e tarefas profissionais exercidas, relevantes para o processo em causa;

ii) Cópias autenticadas das declarações comprovativas emitidas pelas entidades empregadoras, com identificação das funções, cargos e período de execução dos mesmos;

iii) Cópias autenticadas dos certificados de habilitações;

iv) Cópias dos certificados ou outros comprovativos de formação realizada no passado, abarcando a formação realizada em contextos formais ou não-formais;

v) Outros elementos considerados pertinentes para a apreciação do processo (cartas de referência, documentos escritos, projectos realizados ou participação em projectos, estudos publicados, referências profissionais concretas, etc.).

2 — Os serviços académicos não aceitarão candidaturas que não contenham os documentos indicados nas alíneas i) a iv) do ponto anterior.

3 — O processo será remetido pelos serviços académicos, nos dez dias úteis seguintes à data de entrada da candidatura, para os conselhos científicos e técnico-científicos das unidades orgânicas que oferecem o plano de curso que o candidato frequenta.

Artigo 7.º

Processo de apreciação das candidaturas

1 — As comissões de creditação analisam os portefólios dos candidatos e fazem uma apreciação das competências evidenciadas pelos candidatos.

2 — No prazo de dez dias úteis após a recepção dos portefólios, as comissões de creditação devem marcar uma entrevista individual com os candidatos.

3 — Durante a entrevista individual a comissão de creditação discutirá o portefólio com o candidato, podendo-lhe ser solicitada documentação adicional.

4 — A documentação a que se refere o número anterior deve ser entregue à comissão de creditação no prazo de dez dias úteis após a realização da entrevista.

5 — A comissão de creditação poderá, ainda, pedir ao candidato que realize provas adicionais, de natureza considerada adequada pela comissão.

6 — Estas provas adicionais terão que ser realizadas no prazo de vinte dias úteis seguintes à data da entrevista.

Artigo 8.º

Processo de creditação

1 — Na posse de todos os elementos necessários para a avaliação do processo, a comissão de creditação terá dez dias úteis para o concluir, atribuindo ao candidato o número de créditos que julgue adequados.

2 — A creditação atribuída corresponderá ao número de créditos totais de uma, ou várias unidades curriculares.

3 — Por regra, a comissão não poderá atribuir mais do que 60 créditos a um candidato.

4 — Na situação indicada no ponto anterior, a comissão de creditação comunicará a sua decisão aos serviços académicos.

5 — Caso a comissão de creditação entenda que se encontra perante um caso de excepcional mérito, que eventualmente mereça mais do que 60 créditos, deve elaborar um parecer fundamentado que será encaminhado para o conselho científico ou técnico-científico respectivo, que tomará a decisão final.

6 — Na situação indicada no ponto anterior, o conselho científico ou técnico-científico comunicará a decisão final aos serviços académicos.

7 — A decisão sobre o processo de creditação será comunicada ao candidato através dos serviços académicos.

Artigo 9.º

Classificação

1 — Às unidades curriculares que forem realizadas através deste processo de creditação será atribuída a classificação de APROVADO e deixarão de ser consideradas para fins de cálculo da média final de curso.

2 — Os estudantes que pretendam obter uma classificação nas unidades curriculares referidas no número anterior devem proceder à respectiva inscrição e matrícula e submeterem-se a avaliação segundo métodos escolhidos pela comissão de creditação, designadamente:

- a) Avaliação escrita e ou oral;
- b) Realização de um projecto ou trabalho;
- c) Práticas laboratoriais ou afins.

CAPÍTULO III

Creditação de formação realizada no âmbito do sistema de Ensino superior, português ou estrangeiro

Artigo 10.º

Solicitação de creditação

1 — A candidatura será formalizada através da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Requerimento fornecido pelos serviços académicos;
- b) Certidão de aprovação das disciplinas/ unidades curriculares;
- c) Programas e cargas horárias das disciplinas/ unidades curriculares, quando a formação tiver sido realizada em instituição de ensino superior diferente da Universidade do Algarve ou de Unidade Orgânica da Universidade do Algarve diferente daquela em que é feito o pedido;
- d) Outros documentos julgados pertinentes para a apreciação das candidaturas.

2 — Os serviços académicos não aceitarão candidaturas que não contenham os documentos indicados nas alíneas b) e c) do ponto anterior.

3 — Nos casos dos estudantes que solicitem creditação de formação realizada no ensino superior e também creditação de experiência profissional e formação realizada fora do ensino superior, a solicitação da creditação tem que ser realizada num único momento, junto dos serviços académicos da Universidade do Algarve, que instaurarão um único processo por cada candidato.

4 — O processo será remetido pelos serviços académicos, nos dez dias úteis seguintes à data de entrada da candidatura, para os conselhos científicos e técnico-científicos das unidades orgânicas que oferecem o plano de estudos que o candidato frequenta.

Artigo 11.º

Processo de apreciação das candidaturas

1 — As candidaturas serão apreciadas pelas comissões de creditação, constituídas conforme o Artigo 4.º do presente Regulamento.

2 — Nos casos em que o processo do candidato contemple apenas a creditação de formação realizada em estabelecimento de ensino superior, português ou estrangeiro, as comissões de creditação terão dez dias úteis para apreciar o processo e comunicar a sua decisão aos serviços académicos.

3 — Nos casos em que o processo do candidato contemple, adicionalmente, a creditação de experiência profissional e formação anterior:

a) As comissões de creditação deverão avaliar em primeiro lugar (no prazo de dez úteis), a formação realizada no âmbito do ensino superior e comunicar essa decisão aos serviços académicos;

b) Numa segunda fase, avaliarão a experiência profissional e a formação anterior, nos prazos indicados nos artigos 7.º e 8.º do presente Regulamento.

4 — Para a atribuição de créditos, as comissões de creditação terão em consideração os créditos anteriormente obtidos e a respectiva área científica, bem como os conteúdos e a carga horária da formação realizada.

5 — No caso do reingresso e conforme a Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril:

a) É creditada a totalidade da formação obtida durante a anterior inscrição no mesmo curso ou no curso que o antecedeu;

b) O número de créditos a realizar para obtenção do grau académico não pode ser superior à diferença entre o número de créditos necessário para a obtenção do grau e o valor creditado.

6 — No caso da transferência e segundo a Portaria citada no número anterior:

a) É creditada a totalidade da formação obtida durante a anterior inscrição no mesmo curso;

b) O número de créditos a realizar para obtenção do grau académico não pode ser superior à diferença entre o número de créditos necessário para a obtenção do grau e o valor creditado;

c) Em casos devidamente fundamentados em que, face ao nível ou conteúdo de algumas unidades curriculares, não seja possível considerar, na aplicação da regra da alínea anterior, todo o valor creditado, o número de créditos a realizar para a obtenção do grau académico não pode ser superior à diferença entre o número de créditos necessários para a obtenção do grau e 90% do valor creditado.

Artigo 12.º

Classificações

1 — As unidades curriculares creditadas nos termos do artigo anterior conservam as classificações obtidas nos estabelecimentos de ensino superior onde foram realizadas.

2 — Quando se trate de unidades curriculares realizadas em estabelecimentos de ensino superior portugueses, a classificação das unidades curriculares creditadas é a atribuída pelo estabelecimento de ensino superior onde foram realizadas.

3 — Quando se trate de unidades curriculares realizadas em estabelecimentos de ensino superior estrangeiros, a classificação das unidades curriculares creditadas:

a) É a atribuída pelo estabelecimento de ensino superior estrangeiro, quando este adopte a escala de classificação portuguesa;

b) É a resultante da conversão proporcional da classificação obtida para a escala de classificação portuguesa, quando o estabelecimento de ensino superior estrangeiro adopte uma escala diferente desta.

4 — Nos termos do n.º 1 deste Artigo, das certidões a emitir pela Universidade do Algarve constará a designação das unidades curriculares obtidas por creditação.

CAPÍTULO IV

Cursos de Especialização tecnológica

Artigo 13.º

Enquadramento

O presente capítulo refere-se à formação no âmbito dos cursos de especialização tecnológica. Embora apenas o Artigo 14.º (creditação de habilitações) faça referência a processos de creditação, é incluída regulamentação relativa à dispensa de unidades de formação (Artigo 15.º), bem como à atribuição de diploma por avaliação de competências (Artigo 16.º), uma vez que estas situações envolvem a avaliação de competências obtidas ao longo da vida.

Artigo 14.º

Creditação de habilitações

1 — A formação realizada nos CET é creditada no âmbito do curso superior em que o titular do diploma de especialização tecnológica seja admitido, independentemente da via de acesso que tenha utilizado.

2 — Os indivíduos que tenham acedido ao CET não sendo titulares de um curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente, não poderão pedir a creditação da formação realizada no CET, conforme o disposto no n.º 2 do Artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

3 — O pedido de creditação deve ser formalizado junto aos serviços académicos através da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Requerimento fornecido pelos serviços académicos;
- b) Cópia autenticada do diploma de especialização tecnológica.
- c) Nos casos em que o CET não tenha sido realizado na Universidade do Algarve, cópia da estrutura do CET e dos programas das unidades de formação.

4 — Os serviços académicos não aceitarão candidaturas que não contenham os documentos indicados nas alíneas b) e c) do ponto anterior.

5 — O processo será remetido pelos serviços académicos, nos dez dias úteis seguintes à data de entrada da candidatura, para os conselhos científicos ou técnico-científicos das respectivas unidades orgânicas.

6 — As comissões de creditação terão dez dias úteis para apreciar a candidatura e comunicar a sua decisão aos serviços académicos.

7 — As unidades curriculares creditadas conservam as classificações obtidas nas unidades de formação do CET, concedidas pelos estabelecimentos de ensino superior onde foram realizadas.

Artigo 15.º

Dispensa de unidades de formação

1 — Podem ser dispensados da frequência de unidades de formação do CET os formandos que tenham obtido:

- a) Uma qualificação profissional de nível 3 na mesma área;
- b) Aprovação em unidades de formação de um CET;
- c) Aprovação em unidades curriculares de um curso superior.

2 — Os estudantes que desejem obter dispensa da frequência de unidades de formação do CET devem apresentar o seu pedido nos serviços académicos da Universidade do Algarve, formalizando-o através da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Requerimento a fornecer pelos serviços académicos;
- b) Documentos comprovativos das situações indicadas no ponto 1 do presente Artigo;
- c) Outros documentos considerados relevantes para a apreciação da candidatura.

3 — Os serviços académicos não aceitarão candidaturas que não contenham os documentos indicados na alínea b) do ponto anterior.

4 — O processo será remetido pelos serviços académicos, nos dez dias úteis seguintes à data de entrada da candidatura, para os conselhos científicos ou técnico-científicos das respectivas unidades orgânicas.

5 — As comissões de creditação terão dez dias úteis para apreciar as candidaturas e comunicar a sua decisão aos serviços académicos.

Artigo 16.º

Atribuição de diploma através de avaliação de competências

1 — Os indivíduos com idade superior a 25 anos e, pelo menos, cinco anos de actividade profissional comprovada na área de um CET podem requerer a atribuição do diploma de especialização tecnológica com base na avaliação das suas competências profissionais.

2 — Os indivíduos que desejem obter um diploma de especialização tecnológica através da avaliação das suas competências profissionais devem apresentar o seu pedido nos serviços académicos, formalizando-o através da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Requerimento a fornecer pelos serviços académicos;
- b) Um portefólio organizado pelo interessado e que contenha os seguintes elementos:
 - i) *Curriculum vitae*, elaborado de acordo com modelo europeu, com uma descrição exaustiva de cada uma das funções e tarefas profissionais exercidas, relevantes para o CET em causa;
 - ii) Cópias autenticadas das declarações comprovativas emitidas pelas entidades empregadoras, com identificação das funções, cargos e período de execução dos mesmos;
 - iii) Cópias dos certificados ou outros comprovativos de formação profissional realizada na área do CET;
 - iv) Cartas de referência significativas;
 - v) Outros elementos considerados pertinentes para a apreciação do processo.

3 — Os serviços académicos não aceitarão candidaturas que não contenham os documentos indicados nas alíneas i) a iv) do ponto anterior.

4 — O processo será remetido pelos serviços académicos, nos dez dias úteis seguintes à data de entrada da candidatura, para os conselhos científicos ou técnico-científicos das respectivas unidades orgânicas.

5 — As comissões de creditação terão vinte dias úteis para apreciar as candidaturas e comunicar a sua decisão aos serviços académicos.

6 — No processo de avaliação das candidaturas as comissões de creditação podem, se julgarem necessário, convocar o candidato para:

- a) Uma entrevista para discussão do portefólio;
- b) Realização de provas complementares, de natureza considerada adequada pelo júri.

7 — A classificação final do diploma de especialização tecnológica é fixada com base na apreciação realizada pelo júri, tendo em consideração os princípios gerais decorrentes do Artigo 23.º (classificação final) do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 17.º

Casos omissos

Aos casos omissos no presente regulamento aplicam-se as normas previstas nos diplomas legais que serviram de base à sua elaboração, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, o Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, o Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, o Decreto-Lei n.º 88/2006 de 23 de Maio, a Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril, e o Código de Procedimento Administrativo.

Artigo 18.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor após a homologação pelo Reitor da Universidade do Algarve.

23.03.2010. — A Directora dos Serviços Académicos, *Julieta Mateus*.
203068307

Despacho n.º 5659/2010

Por despacho reitoral de 17 de Agosto de 2009, foi aprovado o Regulamento de Propinas dos cursos de 1.º Ciclo e em Ciclos de Estudo Integrados conducentes ao grau de mestre, ministrados na Universidade do Algarve.

Regulamento de Propinas da Universidade do Algarve (UALG)

Ao abrigo do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 92.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, o Reitor da Universidade do Algarve, ouvido o Conselho Geral, aprovou o seguinte regulamento:

Artigo 1.º

Objecto

1 — O presente Regulamento estabelece o regime de comparticipação dos estudantes nos custos de financiamento dos serviços de ensino de todos os ciclos de estudos ministrados na UALG.

2 — A comparticipação prevista no número anterior consiste no pagamento pelos estudantes matriculados e inscritos nos cursos da UALG de uma taxa de frequência, designada por propina.

Artigo 2.º

Valor da propina

Sob proposta do Reitor, compete ao Conselho Geral fixar anualmente, com uma antecedência de pelo menos 10 dias úteis face ao início do prazo de matrículas e inscrições:

- a) O valor da propina dos ciclos de estudos de formação inicial;
- b) O valor mínimo das propinas a praticar pelas unidades orgânicas nos cursos de especialização tecnológica e nos ciclos de estudos de pós-graduação e formação avançada.

Artigo 3.º

Modalidades de pagamento

1 — Os estudantes podem optar pelas seguintes modalidades de pagamento:

- a) Prestação integral, correspondente à totalidade do valor anual da propina;
- b) Quatro Prestações periódicas.